

O imaginário social dos trabalhadores da ICOMI no Amapá

*Elke Rocha**

Resumo

O presente artigo trata do primeiro, maior e mais duradouro empreendimento produtivo da história do Amapá: a mineração de manganês de Serra do Navio, operada pela ICOMI, que, para se efetivar, teve que dar conta de toda a infraestrutura, bem como captar, preparar e controlar a mão de obra necessária para o engendramento do projeto. Para tanto, foram construídos inúmeros aparatos, tanto no imaginário coletivo, quanto na vida prática de cada indivíduo. Assim, buscou-se perceber através de relatos o que permeia atualmente o imaginário social, procurando demonstrar uma das facetas da controversa história do maior empreendimento até hoje instalado neste que ainda pode ser considerado um recente estado da confederação.

Palavras-chave: ICOMI. Amapá. Trabalhadores.

Introdução

Atualmente, ao se questionar sobre que motivos levaram a região amazônica a despertar interesse do Poder Público e de grandes empresas para ser o local de instalação dos Grandes Projetos, podemos concluir afirmando que o primeiro deles foi dispor de imensas áreas de terras, o que significa a possibilidade de utilização do espaço para a instalação desses projetos e da infraestrutura moderna que eles exigem para o seu funcionamento. O segundo motivo foi contar com as riquezas naturais existentes em abundância na Amazônia, bem como o apoio do Governo Federal para implantação desses empreendimentos. Com essas facilidades, os Grandes Projetos começaram a ser implantados na Amazônia, a partir da década de 1950.

A partir da análise desses Grandes Projetos, Brito (2001) nos leva a uma reflexão sobre a história da Amazônia, evidenciando a existência de um ordenamento social na região baseado em princípios estruturadores não-modernos, resultando daí uma modernização apenas superficial, ou ainda, parafraseando o título de sua obra, uma **modernização da superfície**. Ele destaca:

Um dos fatores fundamentais a serem observados no início dessa fase era a determinação dos conceitos e idéias que serviriam de *background* para a intervenção planejada. A discussão sobre a política de desenvolvimento adotou a idéia de Valorização para definir o tipo e o modelo de desenvolvimento da região porque ela dá uma conotação muito mais econômica. Essa era uma modernização, sem, no entanto, provocar rupturas radicais e profundas no ordenamento social. Quanto a isso, basta notar que a política recebeu a incumbência de incentivar a valorização econômica, em detrimento de uma política de transformações sociais. (BRITO, 2001, p. 135).

É por compartilhar das ideias acima que se propõe entender desde já o projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A) como um enclave econômico para a região. Este termo foi empregado para descrever os problemas da implantação de um modo de produção

moderno em uma estrutura econômica tradicional. Cardoso e Faletto (1970) usam o conceito enclave externo para denominar o setor moderno que os Estados Unidos e alguns países europeus implantaram nos países periféricos. Eles distinguem dois tipos de enclave: o agrícola e o mineiro. O enclave mineiro, que é de interesse neste momento, apesar de mostrar a tendência de pagar para a mão de obra empregada, que é mais qualificada, salários mais altos, não influencia o movimento dos salários da economia nacional.

Assim sendo, fica claro a caracterização do empreendimento como um enclave, visto que a mina, a ferrovia e o porto, construídos pela ICOMI, conforme veremos mais adiante, formaram um complexo diferenciado na região, ou seja, possuíam uma autonomia funcional e seguiam uma lógica própria que os distinguiam de forma clara do seu redor. Isso tudo indica que o controle externo da produção forma uma economia separada da economia local, surgindo um Território separado de um domínio contido em outro, caracterizando-se em um enclave. Assim, ressalta-se uma vez mais que o projeto ICOMI mostrou-se logo como uma ilha isolada das estruturas econômicas preexistentes. Implantaram-se a mina de minério de manganês, com as vilas dos empregados e muitas instalações para a preparação primária do minério para o transporte e a estrada de ferro para ligar a mina com o Porto de Santana, construído e balizado exclusivamente para a exportação do manganês. Esses elementos, mina, ferrovia, vilas e porto, formavam um complexo que possuíam uma autonomia funcional e seguiam uma lógica própria, que se distinguiam de forma clara do seu redor.

Ainda sobre o aspecto de como a ICOMI concebia a instalação de apoio e infraestrutura, ela encarava isso como um favor que estava prestando para a população local, sem entender que o empreendimento e, conseqüentemente, todo o lucro que ele traria estava condicionado à instalação e manutenção de toda essa infraestrutura.

Modernidade para a selva amazônica: permeando o imaginário local

A predominância do destaque ao símbolo de modernidade que a Estrada de Ferro do Amapá significaria para a selva amazônica e, conseqüentemente, para a comunidade local era veementemente ratificada nos discursos da empresa. Modernidade possibilitada em decorrência da exploração da principal riqueza mineral da região cuja comercialização possibilitaria o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar social às suas populações. Contudo, os aspectos paradoxais e contraditórios da proposta de modernidade elaborada pela companhia visavam predominantemente à construção de uma opinião favorável diante dos mais variados segmentos sociais do Território acerca do projeto desenvolvido pela ICOMI no Amapá.

A Vila de Serra do Navio, ou ainda a Vila Amazonas, pouco se integravam numa possível rede de localidades de sua região. Sua capacidade instalada respondia tão somente aos interesses da empresa e pouco atendia, com seus equipamentos urbanos, ao seu entorno imediato. Por isso, percebemos atualmente como aquele núcleo urbano não consegue atender as demandas.

Para Trindade Jr. e Rocha (2002), a inserção local e regional de áreas como essa é um processo político que não se conforma ao que se planeja, mas, sobretudo, está relacionado à necessária organização da sociedade para fazer valer os seus interesses e objetivos. É isso o que realmente falta e faltou no caso de Serra do Navio, uma perspectiva de autonomia para a Vila após a saída da ICOMI.

Essa situação acentua a importância da mobilização e organização dos atores locais/regionais – das regiões perdedoras, dos lugares opacos, das regiões do fazer ou dos Territórios periféricos –, formando coletividades e buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão. Uma interação capaz de criar mecanismos, estratégias, ações e políticas de desenvolvimento territorial, que não possuem por objetivo primeiro incluir-se na dinâmica global e dominar o meio técnico-científico-informacional, mas, sim, reduzir sua perifericidade atendendo às demandas dos atores locais/regionais, para num

segundo momento, sanadas tais demandas, procurar inserir-se nessa dinâmica. Para tanto, entende-se que sejam ações coletivas desenvolvidas por atores locais/regionais – sociedade civil, Estado e mercado – ou de forma conjunta, objetivando desencadear processos de desenvolvimento.

Assim, dada a importância deste empreendimento para a história do local/regional, os impactos sobre o crescimento demográfico do Amapá, e a sua organização espacial estiveram intimamente ligados ao processo de exploração e exportação do manganês, no período de 1950 até o início da década de 1990. Ainda, outro motivo para dar atenção específica e extensiva ao empreendimento de Serra do Navio é que a literatura descritiva e analítica sobre a mineração é relativamente escassa e de difícil acesso.

Ainda sobre essa organização singular da cidade-empresa, Trindade Jr. e Rocha (2002), ao analisarem a instalação de cidades de empresas planejadas para acompanhar a dinâmica de grandes empreendimentos na região amazônica, afirmam que, para a empresa alcançar seus objetivos, esta deve ser regulada, organizada, preservada, bem como manter-se em condições *standard*, pois, ao contrário, os corpos de trabalhadores, as subdivisões e as máquinas arriscariam perder o equilíbrio. Para eles, fora dos muros da cidade-empresa busca-se aplicar os princípios de ordenamento e praticar a subordinação a esse padrão, como prerrogativas da direção empresarial.

Por conseguinte, uma questão que é levantada pelos autores acima citados, que não deve ser descartada como informação essencial para a presente pesquisa, é a de que a cidade-empresa é a matriz formativa de uma organização que se desenvolve sob uma forma particular de sociedade industrial na região amazônica. Portanto, ela não aparece com outra vocação ou cultura, a não ser a própria fisionomia da empresa, a sua logomarca. Assim, para Trindade Jr. e Rocha (2002), ela parece não ter história. “É o que acontece quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar.” (SANTOS, 1996). Esse espaço pode estar intimamente relacionado com os ideais da empresa, mas não com a realidade regional, daí a situação atual de

Serra do Navio que não conseguiu alavancar o seu desenvolvimento local e inserir-se no projeto de desenvolvimento regional desde a saída da ICOMI.

Para poder haver essa imposição do trabalho no mundo moderno, foram construídos inúmeros aparatos, tanto no imaginário coletivo, quanto na vida prática de cada indivíduo. Para tanto, a autora escreve que “[...] para os antigos, preservar o espaço que assegura a existência política consiste em elaborar e manter um lugar onde a palavra e ação têm efetividade.” (BRESCIANI, 1994, p. 16). Essa efetividade se dá através da instrumentalização da palavra no discurso da lei e da sua aplicação, ou seja, a instrumentalização da palavra adquiriu a condição de arma eficaz no combate às lutas dos trabalhadores submetidos à rígida disciplina do trabalho.

Desse modo, conforme observa Silva (2006), identificaram-se os trabalhadores como estando totalmente submetidos aos princípios ideológicos da companhia, ou seja, construiu-se uma ideia sobre a imobilidade dos trabalhadores de Serra do Navio a partir de um conjunto de fontes que tinham como principal objetivo justamente homogeneizar e interiorizar no imaginário de seus empregados valores positivos atrelados à nova ideologia do trabalho em escala industrial utilizada por esta nas atividades de mineração em Serra do Navio, pois as revistas eram, antes de qualquer coisa, um instrumento de propaganda e autopropaganda por parte da companhia que formulava os temas, os conteúdos e até as ilustrações das reportagens de acordo com seus principais interesses ideológicos no contexto da década de 1960. E é essa realidade camuflada nas páginas das revistas que se pretendeu descortinar.

Do mesmo ponto de vista, Porto (2007) ressalta que após a instalação da ICOMI, o crescimento demográfico do Amapá e a sua organização espacial estiveram intimamente ligados ao processo de exportação do manganês até a década de 1980, isto posto, o que está se tentando justificar até o momento não é que a empresa não tenha construído nada, pelo contrário, a ICOMI ergueu toda a infraestrutura que daria suporte ao seu empreendimento, porém atendendo as lógicas do capital.

A partir daí, entende-se que os sentidos não estão nas palavras delas mesmas. Estão aquém e além delas. Nem sempre é verdade, por isso a análise é importante. Com ela se pode atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva para se compreender o processo discursivo que indica se ele é oficial ou de contestação.

As formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Mais uma vez podemos observar, por meio da análise do discurso da empresa, que este é marcado pela ideologia e pelas posições relativas ao poder, pois a empresa encarou a instalação de tais benefícios como uma dádiva, ou seja, algo que aconteceu como um presente do acaso, do destino, para as populações locais, conforme observado a seguir:

A par disso, dadas as carências regionais, a empresa montou e operou oficinas mecânicas e elétricas próprias, atendendo ao reparo e manutenção de tratores, veículos, vagões, locomotivas e instalações industriais. O abastecimento de água tratada às vilas da Serra do Navio e Santana exigiu a construção de estações de bombeamento e tratamento, que propiciaram a ambas as comunidades alguns milhões de litros diários do líquido, isento de impurezas e bactérias e até mesmo fluorizado. (ICOMI, 2001).

Vê-se então que mais uma vez aparece a ênfase à carência da região, isto nos leva a questionar o que a ICOMI realmente esperava encontrar em uma comunidade ribeirinha na década de 1960, quando ainda hoje a população vive praticamente da mesma forma. A lógica territorial do poder e lógica capitalista do poder são formas que diferem muito entre si, segundo Harvey (2003), visto que as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O

capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Porém, em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar, e no caso específico estudado, predominou a lógica capitalista no momento da estruturação da empresa, posto que no momento inicial o Território Federal do Amapá fez concessões demasiadas benevolentes.

Por outras palavras, o que é importante observar em tudo isso é que hoje muitos dos equipamentos, principalmente os móveis, que foram montados durante o funcionamento da ICOMI entraram em obsolescência, e hoje a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) está tendo que refazer praticamente quase todo o sistema de encanamento de água, principalmente em Serra do Navio, visto que muitos dos tubos e conexões estão obsoletos. A caixa d'água que antes abastecia uma das minas hoje está abandonada.

De forma idêntica, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) também tem dificuldades em fazer a manutenção da rede elétrica, visto que a engenharia elétrica empregada pela empresa foi elaborada de acordo com os moldes americanos e muitas das peças eram confeccionadas na própria oficina da empresa, e com a saída dessa, as oficinas foram desativadas, desencadeando problemas de reposição de peças que não são comercializadas no mercado. Atualmente, a Vila Serra do Navio não tem sofrido com problemas de abastecimento de energia elétrica, porém, o que se percebe é que, na parte da cidade que se expandiu, a CEA não tem conseguido atender o padrão mínimo de segurança, como ocorre no restante do Estado, desencadeando problemas de natureza diversa.

Igualmente, o complexo de lazer que antes era destinado aos moradores do *Staff* hoje se encontra desativado, pois foi revestido para o Poder Público, neste caso o Município, que não consegue manter. É uma área bastante grande, com duas piscinas, boate, parques, quadras de esportes, dentre outros atrativos que poderiam servir para hotel ou outro empreendimento. Tem ainda duas salas de cinema no centro da cidade que também estão desativadas, dando

mais uma vez a certeza de que o que a empresa oferecia era restrito aos seus empregados e que ao sair não haveria nenhum empenho em ver aquela cidade seguindo os mesmos padrões de outrora.

Da conjunção desses fatores, na Serra do Navio, após a saída da ICOMI, restaram toneladas de maquinários pesados. Os caminhões são antigos, as máquinas estão enferrujadas e seu uso em operações de mineração não tem mais sentido diante do alto custo de manutenção. O cenário é desolador: no final da estrada que corta a floresta e leva à área do manganês explorado pela ICOMI, por um bom tempo ficou ali um cemitério de caminhões, sucateados dando impressão de que alguém, um dia, saiu dali com muita pressa.

Assim, claro está que quem realmente fez uso de tais equipamentos foi a própria empresa, como forma de manter a exclusividade sobre o uso e a ação sobre o Território, e não os que hoje residem nas Vilas, visto a precariedade que se encontra aquele município, conforme discutido mais adiante. Porém, o que se analisa no discurso da empresa é uma afirmação recorrente que os equipamentos e edificações reverteriam ao poder público ao fim da concessão mineral.

A crítica tem muito fundamento, uma vez que o Poder Público teve participação de certa forma, pois o Tesouro Nacional foi avalista do empreendimento junto a bancos americanos para viabilizar a infraestrutura. A empresa subestimou o cálculo das reservas e mesmo antes de entrar em operação a reavaliação das reservas do Amapá já cobriam os custos iniciais dos empréstimos, ou seja, o Poder Público enquanto Nação participou, seja deixando de arrecadar tributos, seja fazendo concessões por demais benevolentes, conforme analisado por Cunha (1972).

O que se percebe, porém, é que, além do fato de não ter gerado esse alto nível de vida para o restante da população amapaense, não houve a continuidade dos benefícios que a população de Serra do Navio vivia a época da ICOMI, considerando que quase tudo o que a empresa trouxe ficou obsoleto, tendo que ser substituído, quando possível, ou ainda terem virado sucata e ainda visualizando a situação de precariedade em que se encontram os habitantes do hoje município de Serra do Navio.

Para além disso, outro foco que pode ser dado a essa questão é que a empresa necessitava de mão de obra qualificada para trabalhar permanentemente, e não apenas como prestadores de serviços, dada a realidade da época e o modo de regulação vigente, o que será tratado mais adiante. Assim, a ICOMI sabia quão difícil seria se ela não dispusesse de uma infraestrutura social, conseguir esses profissionais para trabalharem na floresta e, ainda assim, para que o controle social, bem como o uso e ação sobre o Território fosse exercido, toda essa estrutura era condição *sine qua non* para sua efetivação.

Dentre as táticas que facilitam o poder de interferência da empresa destaca-se o desenvolvimento de políticas sociais e ambientais. A empresa aplica em seu entorno políticas da “boa vizinhança”. Por meio de ações sociais, em sua maioria paliativas, como construir uma sede para a associação dos moradores da Pedra Branca, por exemplo, a mineradora cria uma relação de dependência da população do entorno com ela. Ao fornecer a assistência de serviços básicos (escola, saúde e geração de emprego), funções referentes ao Estado, ela tenta se aproximar dos grupos afetados e excluídos do processo capitalista, objetivando esvaziar os movimentos sociais de contestação, compensar e legitimar seus impactos sociais, territoriais e ambientais. Tornar o entorno dependente significa criar um imaginário de que a atividade mineral é a única saída para o desenvolvimento daqueles cidadãos e da região. Ao mesmo tempo que legitima seu Território e seus efeitos, a empresa controla a massa para que não haja nenhuma ação prejudicial aos lucros.

Ao longo das últimas seis décadas, bilhões de dólares em minérios saíram do Amapá pelo Porto de Santana. Representaram riquezas que, em sua maior parte, foram levadas para países da Europa e da América do Norte. Para os moradores deste lugar amazônico, pouco restou dessa exploração, a não ser o impacto ambiental, as doenças e a dúvida sobre os reais benefícios dos processos de mineração utilizados.

Nestas discussões, buscou-se revelar algumas dessas contradições inerentes a esta proposta de que os grandes empreendimentos, que há décadas vêm se instalando na Amazônia, seriam precursores

do desenvolvimento regional, conforme divulgação intensa e falsa. Assim sendo, procurou-se demonstrar que as estratégias de coerção e disciplinarização utilizadas pela companhia envolviam não apenas o mundo do trabalho na área industrial como também o ambiente privado a partir da administração de uma *company town*, buscando sempre um controle social e territorial, embasado na organização das vilas e das vidas dos trabalhadores.

Para que houvesse imposição do trabalho entre os empregados da ICOMI, foram construídos inúmeros aparatos, tanto no imaginário coletivo, quanto na vida prática de cada indivíduo envolvido no projeto, tais como: 334 casas de pelo menos quatro tipos diferentes destinadas à moradia de diferentes segmentos da hierarquia da empresa, ou seja, a organização da hierarquia das casas era pensada seguindo a divisão social do trabalho, resultando num disciplinamento constante, ou seja, o trabalhador estava submetido ao olhar constante dos seus superiores.

Ainda, na formação do quadro de trabalhadores insere-se um conjunto de ideologias elaboradas com a finalidade de forjar a legitimação da dominação da empresa sobre o processo de trabalho, tanto na organização do processo produtivo, quanto na determinação do horário de trabalho e, sobretudo, a formação de uma cultura do trabalho assalariado e suas regras básicas. Para isso, criou-se uma imagem em que a oportunidade de ter uma profissão aparecia como uma espécie de favor, um prêmio concedido de forma individual para aqueles que não questionavam e sabiam esperar a oportunidade e que todos observavam como um exemplo a ser seguido. Assim, podem-se observar as várias estratégias tanto da empresa para formar o quadro de trabalhadores profissionais quanto dos próprios trabalhadores para se tornarem operários qualificados, pois a ascensão à profissão, além de requerer uma experiência de alguns anos de observação, estava atrelada ao conjunto da política de promoções na hierarquia da empresa.

A respeito deste tema, a venda do tempo livre e outros tipos de comportamento visando demonstrar capacidade de trabalho e comprometimento com a empresa eram incentivados através das

práticas de “proteção” e “recompensa” que oferecia prêmios e promoções aos funcionários considerados mais produtivos ao longo do ano. A premiação mais conhecida era o “abono incentivo”, prêmio pago a alguns empregados de diferentes setores da companhia todo ano no dia do aniversário da ICOMI.

Todo o perímetro de mineração descrito no corpo do trabalho, bem como a estrada de ferro, com os trinta metros de cada margem, o porto, o farol, as vilas, entre outros, incluindo nesse rol riachos, igarapés, rochas e demais recursos naturais da região, eram propriedade particular da ICOMI, por isso ela regulava a entrada e saída de pessoas e veículos de todas essas áreas com uma política de vigilância bem elaborada e equipe bem montada e treinada.

Da conjunção desses fatores resulta a constatação das hipóteses: as formas de controle territorial efetivaram-se sob duas modalidades. Uma de forma material, pela construção da rede de infraestrutura e logística constituída pela estrada de ferro, Porto Santana e Vilas Operárias, com controle exclusivo da empresa, as quais seguiam uma divisão interna rígida, reproduzindo a estratificação interna do processo produtivo. Outra, de maneira simbólica, por meio de premiações, como relógios banhados a ouro, promoções dentro da empresa, campeonatos, publicação de periódicos, em que eram divulgadas as fotos dos funcionários-padrão, homenageados pela conquista desses títulos, o que contribuía para o aumento do controle social.

Por esse fato, o que se exigia do trabalhador era a rígida disciplina. Assim, era necessário que essa previsibilidade fosse atendida por todos, pois tudo que escapasse a ela era identificado como uma ameaça e todos os que resistissem a essa convivência respondiam às normas legais e à punição de suas atividades antissociais. Nesse sentido, identificou-se dentro do projeto ICOMI algumas sanções que eram cabíveis a quem traísse as regras sociais preestabelecidas, sendo que muitas vezes essas regras eram divulgadas em panfletos e cartilhas entre os funcionários ou até mesmo em forma de regimento interno, utilizado dentro da empresa, mas que em muitos tópicos tratavam de um comportamento fora do espaço fabril.

A análise do controle social no cotidiano foi elucidativa de sua estratégia e sua prática de apropriação e controle do território, caracterizando-se por sua velocidade e por seu caráter logístico. Assim, tendo como base logística os núcleos urbanos, essa estratégia alcançou em sua prática três controles: a apropriação da terra, o controle das comunidades locais e por fim o controle das vias de acesso ao território. Assim sendo, a terceira hipótese levantada foi constatada: o controle social exercido pela ICOMI foi utilizado como estratégia de poder, subordinando os trabalhadores às estratégias, normas e modelos de comportamento mais adequados aos interesses da Empresa, para garantir a apropriação do território.

Conforme apresentado, ex-trabalhadores da ICOMI, sejam eles aposentados, sejam eles demitidos, moradores do entorno do empreendimento e das Vilas, bem como pessoas que de certa forma se envolveram, foram ouvidos, no intuito de fomentar novos debates teóricos, metodológicos e historiográficos em torno das dinâmicas que envolveram e ainda envolvem a instalação de projetos de mineração industrial na Amazônia.

Até mesmo na Mineração Tocantins, onde o arquivo da ICOMI está localizado, há esse clima de nostalgia, mesmo entre os que não trabalharam na Companhia. Um dos entrevistados, tão logo se contactou com ele, exclamou por telefone: “Venha logo, pois tem muita verdade a ser dita, muita coisa que a comunidade, principalmente a comunidade acadêmica, necessita saber!” Porém, ao chegar a sua residência, ele se pôs a narrar os fatos relativos aos reparos ambientais que a ICOMI teve de cumprir.

Quem mais ganhou e quem mais perdeu nessa incrível ciranda de dados e relatos? Passado mais de meio século do início da exploração de manganês no Amapá, mesmo com a instalação de algumas CPI no período de encerramento das atividades da ICOMI, ainda não há resultados satisfatórios para o Estado.

Considerações finais

Os episódios aqui analisados também podem ser vistos como o

outro lado da moeda da proposta de “progresso” e “modernidade” difundida pela ICOMI aos vários segmentos sociais do Amapá, pois, ao contrário do que a empresa divulgava, somente os chefes da companhia e uma pequena quantidade de funcionários que conseguiram permanecer até o final da empresa conseguiram ver mais saldos positivos do que negativos na trajetória da ICOMI no Amapá. Muitos dos trabalhadores nunca passaram do nível de operário ou não conseguiram alcançar a estabilidade dentro da empresa, e são estes que veem o projeto de maneira bem mais crítica, inclusive contestando a ordem social implementada pela companhia em Serra do Navio.

A somar-se a tudo isso, algumas questões possibilitaram o reconhecimento de que ainda há vários elementos obscuros referentes à história dos processos de instalação de grandes empresas na Amazônia em relação ao que até então se imaginava e que eles são plausíveis de serem investigados, muito embora não tenham causado grande impacto no período em que foram suscitadas, ficando desde já como sugestão para estudos futuros.

Este é o caso do processo de reestruturação produtiva por que teve de passar o Grupo da ICOMI logo após a crise do petróleo. Dentro da afirmação de que a relação de exploração se processa de maneiras diferentes dentro do mesmo sistema de acordo com o contexto histórico pelo qual ele passa, pode-se perceber que o objetivo de explorar, seja para superar crises, seja para manter ou elevar o ritmo de produção, foi alcançado pela ICOMI, faltando ser respondida a questão de como a empresa se reestruturou diante de tal necessidade eminente.

Assim, a Serra do Navio foi planejada para ser uma *company town* e não apenas mais um município na configuração espacial de um ente federativo. Ela surge com o objetivo predefinido de ser a própria aparência da empresa. Portanto, evidencia-se que a ICOMI articulou o espaço local àquele de comando dos processos econômicos mundiais, o fordismo, definindo, assim, verticalidades de fluxo e produção. Repercutindo assim em medidas compatíveis mais com a eficácia do aproveitamento do minério que com a realidade local.

Na Vila de Serra do Navio, a pouca participação das empresas, hoje, neste processo de gestão mais direta, devido à saída da ICOMI, à vinda de outras mineradoras e de menor parceria com a esfera federal, abre para a população local perspectivas de participação e de decisão não colocadas anteriormente. Mas o que se percebe é que continua sendo uma inércia social, na qual a população não consegue sentir essa perspectiva de participação e continua a “exigir” das mineradoras apenas reparos e/ou favores de cunho pessoais, que irão beneficiá-la individualmente, e não a sociedade como um todo. Isso se esclarece nas audiências públicas em que os participantes costumam pedir apenas favores pessoais.

No início dos anos de 1990, a ICOMI já havia comunicado que iria se retirar do Amapá, o que já era esperado, dada a proximidade com o fim do contrato que previa a exploração por cinquenta anos, devendo ter encerrado em 2003, mas nada foi pensado para se inserir a vila numa rede de desenvolvimento local. O que se percebe no período pós-ICOMI é que o município está marcado por uma inércia total. Nestas perspectivas, as possibilidades de desenvolvimento e qualidade de vida na área de influência da empresa são frustrantes. O governo local parece ainda viver na época da ICOMI, em que o Território Federal apenas fez concessões e viabilizou o projeto de mineração.

Atualmente, o que é uma constante na região em que a Vila de Serra do Navio está inserida são adversidades institucionais, nas quais o conflito de poderes se mostra na própria configuração de “virtualidade” do município, em decorrência do repasse do patrimônio primeiramente para a União, depois para o Estado, e antes que isso tivesse se resolvido criou-se o município de Serra do Navio.

A inserção local e regional é um processo político que não se conforma ao que se planeja, mas, e sobretudo, está relacionado à necessária organização da sociedade para fazer valer os seus interesses e objetivos. Dessa forma, parece evidente que o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional, que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem, em caráter

permanente, a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

Assim, quando os processos de desenvolvimento passam a ser protagonizados por atores locais/regionais, o bem-estar, a qualidade de vida, *a priori*, entra na pauta das discussões, sendo estes muitas vezes os motivos que levam tais atores a tornarem-se mais ativos nestes processos, deixando de ser meros espectadores. Porém, não foi o que aconteceu no caso da vinda da ICOMI que aqui se instalou sem nenhuma participação popular.

No mesmo sentido, sugere-se pensar o Território e sua gestão não como sinônimos de restrição de acessos e disciplinarização dos indivíduos, mas por meio da autogovernança de uma coletividade, em que os signos das representações não sejam confundidos com proibições, submissões, domesticações, mas que possam indicar possibilidades, liberdade e construção de atores sociais.

Para haver um projeto de desenvolvimento local que promova melhoria na qualidade de vida da população, é necessário que haja uma mudança no modelo de gestão colocado para o município, que ainda se apresenta altamente centralizado e concentrado. Nesse sentido, devemos buscar um modelo de caráter democrático e participativo, onde todos os segmentos do poder local possam participar, e não apenas um pequeno grupo privilegiado.

Por isso, vale ratificar que nenhum plano de governo implantado no Amapá conseguiu alcançar objetivos como aqueles que a ICOMI se propôs, pois, mesmo que fosse para atender aos objetivos econômicos, a empresa conseguiu estabelecer uma rede de serviços na localidade. Os seus esforços nesse sentido foram múltiplos, assentados em objetivos também diversificados: assegurar as relações com centros distantes, a exemplo do heliporto onde desembarcava diariamente verduras, legumes, documentos, jornais e revistas vindos do Escritório Central da empresa no Rio de Janeiro, facilitando o fluxo de bens, capital e informação; organização do mercado de trabalho local, a exemplo da Fazenda Campo Verde e ainda do Porto Platon;

ponto de atração e residência de migrantes, como Vilas, alojamentos, restaurante e áreas de lazer; ponto de circulação intra-regional da força de trabalho e ainda efetivando a diversificação de seus negócios, com a criação do Grupo da ICOMI.

No que pese a contribuição de tais discussões para o Desenvolvimento Regional, há de se considerar a baixa incorporação regional dos benefícios gerados aos diretamente envolvidos e à forma de controle a que foram submetidos esses possíveis benefícios. Porém, apesar destes fatos, deve-se considerar também a dependência, bem como a expectativa que foi criada em relação ao empreendimento, daí resultar o fato de que até hoje o Estado e/ou nenhum outro empreendimento conseguiram perfazer uma gestão territorial similar à efetivada pela ICOMI, por isso que hodiernamente, ao se tentar desenhar a trama do poder local, percebe-se que o Estado ainda não conseguiu chegar ao nível de legitimar uma política territorial ao nível da empresa, ficando uma sensação de vazio no que tange a essa questão.

Nota:

* Professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap), doutoranda pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Referências

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, n. 11, 1994.

BRITO, Daniel C. de. **A Modernização da Superfície: estado** Desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá**. Macapá: Rumo, 1972.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ICOMI. **Início, Evolução e Encerramento das atividades da ICOMI no Amapá**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2001. Exposição.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: Edição do Autor, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Operários do manganês**: vivências e memórias de trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá (1972-1984). 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

TRINDADE JR., Saint-Clair; ROCHA, Gilberto Miranda. **Cidade e Empresa na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Recebido em 30 de novembro de 2013.
Aprovado em 23 de dezembro de 2013.

Abstract

This article aims to analyse the first, largest and most enduring productive enterprise in the history of Amapá: the mining of Serra do Navio manganese, operated by ICOMI that to be effective, had to cope with all the infrastructure as well as capture, prepare and control the hand labor required for engendering the project. To this end, numerous devices have been built, both in the collective imagination, and in practice lives of every individual. Thus, we sought to realize through the reports that currently pervades the social imaginary, trying to demonstrate one facet of the controversial history of the largest venture to date installed this can still be considered a recent state of the confederation.

Keywords: ICOMI. Amapá. Workers.